

MOSAICOS INOVADORES PARA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: TEORIAS E PRÁXIS FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS

Data de submissão: 28/01/2025

Data de aceite: 05/03/2025

Andressa de Sousa Santos Ferreira

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Feira de Santana - BA
<https://orcid.org/0000-0002-4565-7562>

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Universidade Federal da Bahia (UFBA)
<https://orcid.org/0000-0002-5689-8206>

Sociais Aplicadas, especialmente da Administração. Nesse sentido, a principal conclusão deste estudo foi provocar o desconforto do *modus operandi* acadêmico para assumir que a transformação social depende de epistemologias pensadas a partir e com os feminismos.

PALAVRAS-CHAVE: feminismos; antirracismo; queer; interseccionalidade.

RESUMO: Este ensaio discutiu a contribuição de teorias feministas relativas à circularidade e rupturas científicas de transgressões ao feminismo tradicional e de mosaicos *queer*, com base em autoras feministas, decoloniais e negras. Defendemos a necessidade de politizar os contributos das teorias feministas às epistemologias das Ciências Sociais Aplicadas para a construção de uma ciência que celebra a diversidade e inclusão. A partir de revisão de literatura e abordagem qualitativa, assinalamos desafios epistemológicos, enfatizando lentes, transgressões e mosaicos dos feminismos que ajudam destacar a necessidade de mudança do embasamento teórico que vem sendo utilizado na construção do conhecimento nas áreas das Ciências

INNOVATIVE MOSAICS FOR APPLIED SOCIAL SCIENCES: FEMINIST AND ANTI-RACIST THEORIES AND PRAXIS

ABSTRACT: This essay discussed the contribution of feminist theories regarding the circularity and scientific ruptures of transgressions to traditional feminism and queer mosaics, based on feminist, decolonial and black authors. We defend the need to politicize the contributions of feminist theories to the epistemologies of the Applied Social Sciences in order to build a science that celebrates diversity and inclusion. Based on a literature review and qualitative approach, we point out epistemological challenges, emphasizing the lenses, transgressions and mosaics of feminism that help to highlight the need to

change the theoretical basis that has been used in the construction of knowledge in the areas of Applied Social Sciences, especially Administration. In this sense, the main conclusion of this study was to provoke discomfort in the academic modus operandi in order to assume that social transformation depends on epistemologies conceived from and with feminisms.

KEYWORDS: feminism; antiracism; queer; intersectionality.

INTRODUÇÃO

Na composição de uma sociedade ocidental cisheteronormativa, as Ciências Sociais Aplicadas reproduziram opressões desde construção teórica a proposição de modelos e ferramentas, sob a tutela da ciência e aval acadêmico. Marcadamente formulado por homens, o ambiente científico considerou lentes masculinistas como ponto de partida, refletindo um compromisso à manutenção de privilégios e ao que esse grupo considerava desenvolvimento.

São denominadas Ciências Sociais Aplicadas as áreas do conhecimento que tomam as pessoas e as relações ambientais (sociais, organizacionais, institucionais) enquanto objeto de estudo. No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a classifica em sete áreas: i) Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; ii) Arquitetura, Urbanismo e Design; iii) Comunicação e Informação; iv) Direito; v) Economia; vi) Planejamento Urbano e Regional/Demografia; vii) Serviço Social (CAPES, 2022).

Nessas áreas, é muito comum ser apresentada¹ a teorias criadas por homens. Na Administração, Frederick Taylor é considerado o pai da Administração Científica; o Fordismo é a flexão do sobrenome de Henry Ford, que consolidou o modelo de produção em massa no setor automobilístico; ou Elton Mayo na Escola das Relações Humanas. Dessa forma, a comunidade científica decide o que é ciência e seus porta-vozes. Segundo a socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021), a ciência é povoada por HEBM (Homens Europeus Brancos Mortos), cujas construções teóricas evidenciam o sexismo, projetado na superioridade masculina na díade homem-mulher. Ao passo em que, os locais de origem (Norte Global) são outro elemento geopolítico relevante, especialmente, Europa e Estados Unidos.

Isso perpetua e legitima a ideia de que a ciência foi construída por homens e a inexistência de pensadoras, teóricas e cientistas. Portanto, a inviabilização de mulheres no passado remoto e o silenciamento no (passado) presente se configura como manutenção da hegemonia masculinista, apesar de constantes movimentos disruptivos às desigualdades de gênero nas ciências. Assim, contributos das teorias feministas às epistemologias das Ciências Sociais Aplicadas são bem-vindos. Até por que “Paradoxalmente, é o olhar crítico recíproco da Teoria Pós-colonial/Decolonial e da Teoria Feminista que permite pensar

1 A linguagem de gênero feminino foi propositalmente usada em alguns trechos para marcar a escrita, referindo-se a todas as pessoas, também como forma de ruptura à supremacia masculinista de linguagem em produções científicas.

confluências e uma transformação mais radical na justiça cognitiva no sentido de maior justiça social” (Martins, 2024, p. 17).

Este artigo objetiva discutir a contribuição das teorias feministas em termos de lentes que romperam o *status quo* da ciência, de transgressões ao feminismo tradicional e de mosaicos *queer*, com base em autoras feministas, decoloniais e negras. A escolha temática reflete as discussões em três áreas de teorias feministas: a) teorias clássicas; b) teorias feministas negras e c) teorias *queer (of color)*. Foram utilizadas a abordagem qualitativa e explicativa para dar consistência à provocação teórica com a técnica de revisão bibliográfica sob enfoque analítico do conteúdo temático.

Portanto, o artigo foi estruturado em seis tópicos. Após a introdução, apresentam-se três momentos teóricos sobre os aportes de pensadoras feministas clássicas; de teóricas feministas negras; e dos estudos *queer (of color)*. No tópico cinco, a discussão, embasada nas três perspectivas, propõe um repensar epistemológico mediante dados do cenário brasileiro que apontam os desafios das Ciências Sociais Aplicadas. Por último, as considerações finais apontam as contribuições dos Feminismos e indicam a necessidade de estudos futuros.

LENTE DE TEÓRICAS FEMINISTAS CLÁSSICAS

Compreender as teorias feministas clássicas perpassa pela concepção de importantes pensadoras que revolucionaram as ciências, as que foram reconhecidas primeiro academicamente, apesar das duras críticas. Deste modo, as lentes de Margaret Mead (1979) e as de Henrietta Moore (1997) auxiliam essa aproximação. Margaret Mead, na obra “Sexo e Temperamento”, publicado em 1935, analisou três civilizações da Nova Guiné, realizando uma tessitura do social em contraste às relações de sexo (Mead, 1979). Na sociedade Arapesh, os homens eram maternais, afetuosos e dóceis; na Mundugumor eram canibais, ciumentos, sexuais, de disputa e violentos; e na Tchambuli, havia uma dinâmica invertida em que as mulheres detinham a posição de sabedoria, poder, administração, domínio e autoerotismo, enquanto os homens eram artísticos, servis, vaidosos e emocionalmente dependentes.

A partir da forma como dramatizavam a diferença de sexo, Mead (1979, p. 22) sintetizou que os papéis “[...] são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo”. Assim, a conclusão de que o temperamento condicionado socialmente imputa os traços de um sexo foi fundamental, pois, apesar de não desenvolver o “gênero”, essa contribuição possibilitou avanços para a temática. Isto é, o impacto da cultura se sobrepõe à biologia. Atribui-se à socialização o convencimento de indivíduos aos grupos de sexo sob a coerção ao binarismo.

Por sua vez, Henrietta Moore desenvolveu o “*Understanding sex and gender*” quando esteve em África, que representou um grande esforço teórico no debate entre biologia e

cultura, entre sexo e gênero, como uma forma de dirimir o essencialismo que hierarquiza os termos (Moore, 1997). A autora ainda enfatiza o quão problemático e a associação essencializada, pois sexo e gênero são construídos socialmente, um em relação ao outro. Por isso, Moore (1997) critica as categorias analíticas, embasadas no jeito ocidental de fazer ciência, assim como o alongado tempo que a Antropologia levou para entender que inexistia uma separação radical entre sexo e gênero. Logo, faz-se necessário abandonar as armadilhas da dicotomia que nutrem a hierarquia do “dimorfismo sexual”.

Dessa forma, as duas categorias fixas (homem e mulher) mantêm a estrutura de relação de poder e dominação, estabelecendo normas e performances. O problema não está na biologia, mas na construção social que se faz à biologia. A biologia deve ser vista como um plano de fundo, uma variável, sendo o sexo um efeito e não uma origem (Moore, 1997). Moore (1997, p. 7) ainda enfatiza que “fora dos parâmetros e das esferas de influência desse discurso biomédico, o sexo não existe”.

Moore (1997) defendia que o gênero precisava se libertar do sexo, enquanto Judith Butler (2003) defendia que tudo é gênero, convocando a necessária mudança de pensamento da lógica da hierarquização de sexo-gênero, que toma o sexo como inferior e o gênero, superior; pois ambos não possuem base fixa. Ao afirmar “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero”, Butler (2003, p. 25) critica o próprio feminismo e a categoria “mulheres” que universaliza e padroniza o conceito. Diante da desconstrução de “gênero” feita por Butler (2003), problematiza-se as opressões advindas da heterossexualidade compulsória. Afinal, as pessoas podem se expressar de variadas formas de gênero ao longo da vida (Baccheta et al., 2011).

TRANSGRESSÕES DE TEÓRICAS FEMINISTAS NEGRAS

A trajetória das feministas negras foi trilhada por transgressões; primariamente ao próprio movimento negro encabeçado por homens e, concomitantemente, ao movimento feminista hegemônico que excluía demandas de mulheres racializadas: negras, chicanas, indígenas, entre outras. As feministas negras transgrediram a lógica vigente, assim “[...] o termo ‘feminista negra’ destaca as contradições subjacentes a brancura presumida do feminismo e serve para lembrar às mulheres brancas que elas não são nem as únicas, nem a norma ‘feminista’” (Collins, 2017, p.13). Propositalmente, para romper o epistemicídio em relação às produções do Sul Global², optou-se por discutir autoras de múltiplas origens (estadunidense, brasileira e nigeriana).

Patricia Hill Collins (2019), enquanto teórica situada nos EUA, contribui ao Feminismo Negro ao alargar o conceito de intelectualidade, por muito tempo associado ao erudito, coisa

² Importante agradecer ao incentivo da professora Dra. Rosângela Araújo, mais conhecida como mestra Janja, nesse processo de contato acadêmico com as contribuições de intelectuais negras, especialmente Luiza Bairros. Com suas provocações e práxis feminista negra, mestra Janja tem promovido importante ativismo entre a cultura tradicional da capoeira e a intelectualidade negra. Ver mais em: Araújo, Janja. (2019). Mulheres Negras e Culturas Tradicionais: memória e resistência. Currículo Sem Fronteiras, 553-565.

de gente branca. Collins exercita o pensamento decolonial, desfaz-se do olhar que ignora a contribuição de pessoas negras, da mulher negra, e valoriza as produções e a coletividade. Nesse sentido, Luiza Bairos (1995, p. 463) destaca que “Collins traça um perfil de uma tradição intelectual subjugada também em função de critérios epistemológicos que negam a experiência como base legítima para a construção do conhecimento”.

Seja qual for o formato de produção intelectual, mulheres negras produzem conhecimento e saberes epistemológicos que devem ser acolhidos. O problema não está na maneira de se comunicar, mas, na limitação acadêmica em legitimar o que é intelectualidade. Um exemplo disto é o emblemático discurso “E eu não sou uma mulher?”, de Sojourner Truth³, proferido em 1851. Do mesmo modo em que ativismo e academicismo são complementares, estratégicos e necessários para lutas de movimentos sociais.

Desse lugar, a autora destaca a experiência da mulher negra estadunidense e apresenta o conceito de imagens de controle, representações cotidianas das mulheres negras à subalternização, à subserviência e à hipersexualização. Ao mesmo tempo, Figueiredo (2017, p. 6) indica que imagens de controle podem ser pensadas de forma positivada, “[...] no que ele se refere a emancipação e empoderamento feminino negro, quer dizer, é preciso construir a nossa própria imagem, uma imagem positiva sobre nós, por meio de uma autorrepresentação negativas e positivas”.

Luiza Bairos, que fez o doutorado em Sociologia em Michigan, EUA, teve papel fundamental ao estabelecer um diálogo entre as feministas negras estadunidenses e brasileiras. Segundo Figueiredo (2017, p. 2) “A maioria de nós conheceu Hill Collins por intermédio de Luiza Bairos, em Nossos Feminismos Revisitados (1995)”. Bairos (1995) apresenta o conceito de “ponto de vista feminista” (*feminist standpoint*) que articula as categorias mulher, experiência e política pessoal. A grande contribuição dessa análise é teorizar que, para mulheres negras, a opressão é experienciada de um lugar diferente do ser mulher em uma sociedade racista e sexista. Bairos acrescenta que raça, gênero, classe e orientação sexual se cruzam de forma multidimensional e inclui outras dimensões ao debate sobre o feminismo adjetivado, de feministas negras que vivenciam realidades plurais, diversas.

Bairos (1995, p. 462) apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos do feminismo negro em cinco temas para compreender o ponto de vista feminista negro: “1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe; 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle; 4) a atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; 5) e a política sexual”. Assim, a luta de mulheres negras é contra o racismo e o sexismo, perpassando a discussão sobre classe, ou seja, não se pode priorizar uma em detrimento de outra dimensão. Tal atitude refletiu em sua atuação na política na gestão pública, sendo ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade

3 O Portal apresenta a biografia e trajetória da intelectual em <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>.

Racial do Brasil (SEPIR), de 2011 a 2014, durante o governo da primeira presidenta, Dilma Rousseff (Instituto da Mulher Negra [Geledés], 2020).

Por sua vez, Oyèrónké Oyěwùmí (2021), no livro “*The Invention of Women: making an african sense of western gender discourses*”, publicado originalmente em 1997, reuniu os resultados da tese que rendeu o prêmio da *American Sociological Association* (Associação Americana de Sociologia). Oyěwùmí (2021), enquanto nigeriana, utiliza como ponto de partida a crítica ao Ocidente, considerando a sociedade iorubá pré-colonial que não fazia distinções corporais em nenhuma dimensão hierárquica.

Oyěwùmí demonstra que em “iorubalândia” não era utilizada uma “bio-lógica”, pois o princípio da senioridade era estruturante, assim “[...] o corpo nem sempre está em vista e à vista da categorização. O exemplo clássico é a fêmea que desempenhava os papéis de *oba* (governante), *omọ* (prole), *okọ*, *aya*, *iyá* (mãe) e *aláwo* (sacerdotisa-adivinhadora), tudo em um só corpo” (Oyěwùmí, 2021, p. 43).

Essa diferença de olhar sobre o tema reflete o aspecto cultural para perceber o mundo, que é um traço característico do Ocidente, através do visual. Isso imputa aos corpos atribuições que precisam ser lidas visualmente, que dependem da cosmovisão. Oyěwùmí (2021) aponta o termo “cosmopercepção” como uma possibilidade inclusiva de perceber o mundo por diferentes grupos culturais. Inclusive, a diferenciação de sexo e gênero não faz sentido na sociedade iorubá, por isso, os dois termos são sinônimos.

A categoria mulher fixada na antítese e em subordinação (ao homem) também é problematizada, tomada como homogênea no Ocidente, e universal em muitos estudos. Nesse sentido, Oyěwùmí (2021, p. 30) lamenta “o ostracismo do determinismo biológico no pensamento social” em torno de disciplinas como Sociologia e Antropologia, assim como dos métodos de pesquisa porque incidem em erros metodológicos graves, como o pesquisador iorubá Bolaji Idowu que precisou lidar com a questão de gênero em seu estudo sobre religião ao apresentar uma divindade chamada *Oduduá* – que nas liturgias era evocada como “mãe”, “senhor” e “marido”. Idowu aceitou a imposição ocidentocêntrica e definiu que *Oduduá* era masculino, porém “a palavra iorubá *okọ* traduzida como ‘marido’ em inglês, é uma categoria sem especificidade de gênero” (Oyěwùmí, 2021, p. 64).

A necessidade constante de estudos acadêmicos assumirem o masculino como norma deve ser repensada. De modo contrário, torna-se inviável criar espaço teórico africano quando são tomados como referência HEBM (Oyěwùmí, 2021). Faz-se necessário também refletir sobre o tema considerando o Sul Global, problematizando o extrativismo metodológico de pesquisadoras e pesquisadores em estudos *outside in* (de fora para dentro), desrespeitando as particularidades de grupos culturais. Pensemos nas comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas do Brasil!

Oyěwùmí valoriza as contribuições feministas em trazer à discussão a natureza generificada e a dominação masculina da mulher, porém, argumenta que a “evidência” do corpo para constituir categorias de gênero não deve ser generalizada. Não podem ser

tomadas como máxima absoluta em estudos africanos. Afinal, “presume-se que o corpo constitua evidência para outra categoria – a raça”, arremata Oyěwùmí (2021, p. 257), destacando a lógica ocidentocêntrica.

Tanto Bairros quanto Collins sinalizaram nas populações negras e no cenário político do Brasil e do Ocidente problemas vinculados ao colonialismo, do mesmo modo que Oyěwùmí realiza a crítica ao movimento de estudos em África a partir da universalização cultural de temperamentos e categorias analíticas embasadas nas sociedades ocidentais. De cada ponto de vista: brasileiro, estadunidense e nigeriano, essas intelectuais produziram epistemologias que são referências à promoção da igualdade racial.

MOSAICOS DE TEÓRICAS QUEER (OF COLOR)

Um mosaico ajusta várias formas, peças e fragmentos, de cores e materiais diversos para construir, com técnica artística, uma obra. De acordo Bairros (1995, p. 461) “raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente” evidenciando o mosaico. Tomando essa analogia, busca-se discutir a Teoria *Queer* e a derivação *Queer of Color* através de pesquisadoras de múltiplas origens geopolíticas (Puar, 2013; Pelúcio, 2014; Rea; Amancio, 2018).

Jasbir Puar (2013, p. 345) analisa as proposições de interseccionalidade e agenciamento nas teorias feministas à ótica de uma transformação política, tomando como base a teorização da diferença, proposta pelas feministas negras nas lutas da segunda onda feminista, “uma abordagem predominante em algumas correntes da teoria *queer*”. De acordo Pelúcio e Duque (2020, p. 128), denomina-se *queer* “como conjunto crítico e heterogêneo de ideais que procuram desafiar naturalizações relativas às sexualidades, gêneros e identidades”. Por isso, Puar (2013) já sinalizava que a teoria se tornava conhecida como *queer of color critique*, que incorpora a racialização ao debate, enquanto uma epistemologia política.

Nesse sentido, Puar (2013) realiza uma problematização à reificação atribuída ao longo do tempo ao conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, porque o ponto de partida do método é a questão da diferença em relação à mulher branca. Assim, em um contexto de multiculturalismo, política econômica neoliberal, os problemas se expandem. Puar (2013) ressalta o perigo associado a essa tendência de universalização de pautas e demandas sociais, ou ainda da autorreferencialidade do “centro”, que aglutina identidades sem a devida análise, tempo e lugar considerados. Esse perigo se concretiza na recentralização da diferença sexual e de gênero como fundacional e primária em estudos feministas (Pelúcio: Duque, 2020).

Para a compreensão da realidade brasileira, Larissa Pelúcio (2014) apresenta os desafios de aplicação do conceito *queer*, dada a dificuldade linguística de equiparar o real sentido do termo. Assim como a palavra negro, *queer* é um uso político de palavra

ofensiva da língua inglesa, ou seja, uma categoria local que perde o sentido quando dito em português. Não há uma identificação direta do que se trata, “De maneira que a intenção inaugural desta vertente teórica norte-americana, de se apropriar de um termo desqualificador para politizá-lo, perdeu-se no Brasil” (Pelúcio, 2014, p. 4).

Na lógica ocidental de aplicar teorias, Pelúcio apresenta a flexão de *queer* para “cuir” por Felipe Martín, editor de uma revista sobre estudos na área. No entanto, Pelúcio (2014, p. 4) sugere que teoria “cu” seja adotada como uma forma de “localizar nosso lugar nessa ‘tradição’, porque acredito que estamos sim contribuindo para gestar esse conjunto farto de conhecimentos sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas também”.

Ao enfatizar as produções sobre o tema, Pelúcio exalta a contribuição de Paul Preciado, identificado no Brasil como pioneiro da teoria *queer*, inclusive, com avanços críticos em relação à Judith Butler. Sua obra permitiu popularizar organicamente os pensamentos construídos, bem como o amadurecimento teórico, a partir de 1990, do pós-feminismo. Logo, o pós-feminismo e os movimentos *queer* surgem em contraposição à colonialidade e à heteronormatividade compulsória.

Assim, Carrillo e Preciado (2010) destacam que os movimentos *queer* representam um interminável desdobramento de identidade homossexual às margens, como gays, bichas, lésbicas negras e chicanas, viados, maricas, boiolas, transgêneros, putas etc. Ou seja, “um giro reflexivo a partir dos erros do feminismo (tanto essencialista quanto construtivista) dos anos 80” que denunciou o feminismo liberal, racista e homofóbico (Carrillo; Preciado, 2010, p. 51).

Segundo Pelúcio (2014), vale destacar que Guacira Lopes Louro foi uma das primeiras acadêmicas brasileiras a escrever sobre *queer* no início dos anos 2000. No entanto, mesmo com o uso político em estudos gays e lésbicos nas Universidades, o termo não foi apropriado politicamente pelos movimentos identitários nacionais, GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) à época devido ao distanciamento entre o ativismo e o academicismo na articulação para a luta.

Falar da teoria cu, em 2025, ainda é desafiar o puritanismo e o pânico moral presentes na sociedade brasileira, principalmente no contexto conservador, de extrema polarização, ampliado no governo Bolsonaro. Há um esvaziamento da reflexão e das questões sociais envolvidas, o que afeta o avanço em estudos *queer*, assim como as pessoas que sofrem as relações hierárquicas da produção transversal das diferenças, postos cada vez mais às margens, invisibilizadas por uma política pensada para as “maiorias”.

Em análise complementar, Caterina Rea e Izzie Amancio (2018) apresentam o campo de produção de teorias *queer* no Brasil e na América Latina; e alertam que é um campo predominantemente branco. Assim, investigar raça, identidades sexuais e de gênero dissidentes perpassa pela compreensão dos impactos de colonialidade e opressão, contribuindo aos estudos sobre diversidade, equidade e inclusão (DE&I).

Rea e Amancio (2018) exemplificam, portanto, essa problemática em um número da revista *Periodicus* (2015), quando da visita de Judith Butler a Salvador, em homenagem à teórica. De todos os artigos, apenas um, intitulado “Carta de uma ex-mulata a Judith Butler”, autoria de Ângela Figueiredo, fez a relação entre estudos de gênero e sexualidades com raça. Ângela é negra, professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Conforme destacam Rea e Amancio (2018, p. 10), o texto autobiográfico analisa ambiguidades sociais e propõe “políticas de identidade como necessárias para politização de pautas de grupos marginalizados”. Dessa forma, teorias *Queer of Color* podem ser definidas como “uma empresa heterogênea que deriva do feminismo das mulheres não-brancas, de análises materialistas, da teoria pós-estruturalista e da crítica *queer* (Ferguson, 2003, p. 147 *apud* Rea; Amancio, 2018, p. 16).

E, mais uma vez voltamos ao mosaico, ou à análise interseccional para dar conta de estudos em gêneros, sexualidades e identidades étnico-raciais no espaço nacional (local e regional) e internacional, “com a crítica aos fenômenos da expansão capitalista neoliberal, dos novos imperialismos e da produção de hierarquias e privilégios em termos de raça, nacionalidade e classe” (Rea; Amancio, 2018, p. 18). *Queer of Color* no Sul Global precisa ser vista como uma ferramenta política, além de teórica, de combate às opressões e de luta por direitos, dos principais, à vida.

DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Desafios epistemológicos são tensionados e ganham expressividade mediante as valorações sociais. Ao discutir sobre as contribuições teóricas de feministas em comparação aos dados sobre a realidade brasileira de algumas das grandes áreas das Ciências Sociais Aplicadas, pretende-se estimular a reflexão crítica no plano prático para pensar a construção de soluções dos problemas sociais nossos.

Na esfera acadêmica, a evolução da participação de mulheres na ciência entre os anos de 2004 e 2020 confirma que “a desigualdade de gênero é uma marca de quase todas as áreas da ciência” (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa [GEMAA], 2023). Em 2020 (Gráfico 1), a proporção de professoras permanentes nos programas de pós-graduação de universidades brasileiras e tituladas com doutorado revelou maior desigualdade em Planejamento Urbano e Regional/Demografia; Economia; Direito; e Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Apenas Serviço Social; Comunicação e Informação; e Arquitetura, Urbanismo e Design excederam a tendência. Apesar da grande participação de mulheres na subárea de Serviço Social (80%), representam a menor população das Ciências Sociais Aplicadas com 489 professoras/es; contrapondo a de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo que soma 3.431 professoras/es, porém apenas 35% são professoras permanentes doutoras (GEMAA, 2023).

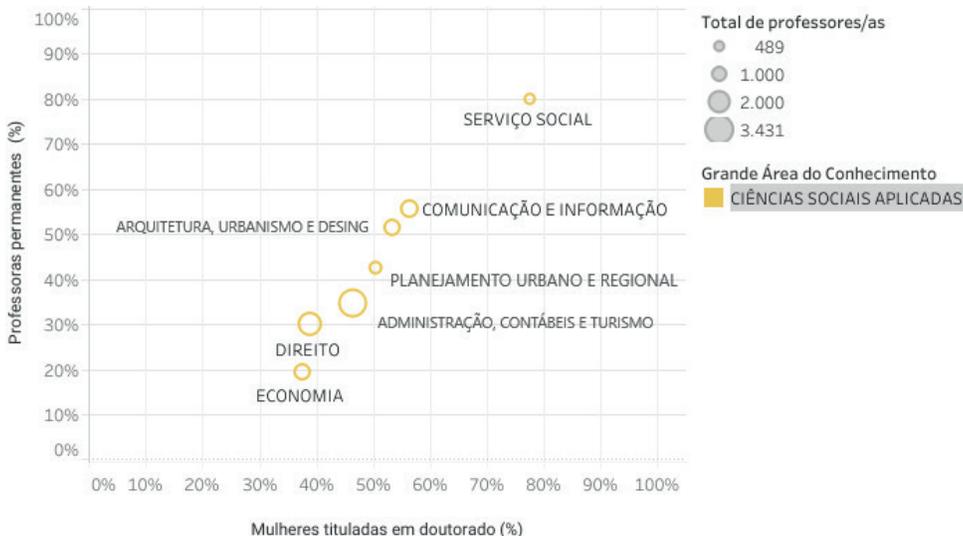


Gráfico 1. Relação proporcional entre professoras permanentes e doutoras na pós-graduação nas Ciências Sociais Aplicadas.

Fonte: GEMAA (2023).

Por isso, retomamos às contribuições de Margaret Mead para questionar as Ciências Sociais Aplicadas nesse lugar de combate aos temperamentos que fundamentam de forma inequívoca as atuações de pessoas e as estruturas com base em sexo-gênero, afastando mulheres de áreas vinculadas às exatas. Outro aspecto de destaque é a relação de *status* de cada curso/área. O de Direito, por exemplo, carrega uma hipervalorização social marcadamente masculina, que reflete uma menor participação de mulheres na docência do ensino superior (30%). Quando ampliamos o olhar para o Judiciário, “as mulheres são hoje 45% dos magistrados em início de carreira, mas apenas 25% nos cargos do segundo grau de jurisdição” (Montenegro, 2022).

Ao atribuir a categoria raça, os dados do judiciário apontam que mulheres negras são 16,3% como juízas substitutas, e 11,2% como juízas titulares; as amarelas são 1,2% e 1,4%, respectivamente; e inexistem mulheres indígenas ocupando o cargo de juízas substitutas. Apenas 0,2% de juízas titulares no Brasil são indígenas, em números absolutos 5 (cinco). Em relação às desembargadoras, 12,1% são negras, 0,5% são amarelas e nenhuma indígena. Com relação às ministras, de todos os Tribunais Superiores, somente uma ministra se declarou negra⁴ (11,1%) (CNJ, 2021).

4 Esse dado se apresenta contraditório quando comparado com dados do GEMAA (2023) que afirmam a inexistência de mulheres negras nos tribunais superiores. Pode-se atribuir essa confusão à autodeclaração como “parda”, já que segundo o IBGE a população negra se refere ao conjunto de pretas e pardas. Apenas no dia 27 de junho de 2023, Edilene Lobo foi nomeada ministra substituta do TSE, a primeira mulher fenotipicamente negra a integrar o tribunal. Ver mais em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/edilene-lobo-e-nomeada-ministra-substituta-do-tse>>. Acesso em 30 jun. 2023.

Para denunciar esse cenário, o Feminismo Negro reivindica a articulação entre conhecimento e justiça social como caminho para alcançar transformação. E esse movimento precisa incluir a ciência, o ambiente acadêmico e suas produções. Quando Collins (2019) e Oyěwùmí (2021) propõem aprofundamento de perguntas norteadoras e métodos, instigamos a questionar também as motivações que têm concentrado o financiamento a projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e sociais. Quais grupos de interesse se beneficiam? Quais são os *stakeholders* envolvidos?

Bairros (1995) traçou um ponto em comum para pensar políticas públicas condizentes com a força política e experiência dos grupos marcados pelas hierarquias e opressões, buscando estratégias múltiplas para educação popular e combate ao colonialismo que Pelúcio (2014) tanto enfatizou. Assim, quando se é pensada a grande área da Economia, que possui participação decisiva nas proposições da política nacional, de qual lugar está sendo referenciado o modelo executado? A política econômica nacional acirra ou coíbe a reprodução de uma sociedade desigualmente distribuída?

Parece improvável que a aplicação de pesquisas no cotidiano da sociedade contemplará democraticamente todas as pessoas, se grupos marginalizados não são foco dos estudos – nem a análise das relações hierárquicas interpostas, se estas pessoas não estão acessando a formação acadêmica, se não estão sendo incorporadas no mercado de trabalho nos três níveis organizacionais (institucional, tático e operacional).

Em revisão de trabalhos científicos nos anos 2020 a 2023, do repositório dos Seminários em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (SemeAd) – um dos principais eventos científicos, organizado desde 1996, com relevante papel na discussão da produção científico-tecnológica em Administração no Brasil e no Exterior – utilizando as palavras-chave antirracismo; racismo; decolonial; interseccionalidade; queer; feminismo; e feminista; foram encontrados apenas 93 artigos⁵ nos anais do evento. Proporcionalmente, os números totais de trabalhos publicados em relação ao total corresponderam a 0,47% em 2020; 0,98% em 2021; 1,3% em 2022; e 1,63% em 2023.

É possível constatar que, apesar do aumento sequencial de trabalhos que comportam os “mosaicos inovadores” para a Administração, considerando a evolução anual das edições analisadas, constata-se uma abissal discrepância em relação ao total dos textos acadêmicos. Esse simples exercício possibilita confirmar a tese deste artigo e refletir sobre a necessidade de expansão de estudos feministas e antirracistas para Administração, assim como para todas as subáreas das Ciências Sociais Aplicadas.

5 Foi criada uma fórmula $Tt=A \cdot [(x1+ x2...+ xn) - n]$ para calcular o número total de artigos temáticos (Tt), onde A = Quantidade total de artigos encontrados com as palavras-chave; xn = Quantidade de vezes de reincidência do artigo encontrado em mais de uma busca por palavra-chave; n = Total de artigos reincidentes. Aplicando os dados à fórmula, os resultados foram de 11 artigos em 2020; 21 em 2021; 27 em 2022; e 34 em 2023. No total, em 2020 foram publicados 2.348 trabalhos; em 2021, 2.136 trabalhos; em 2022, 2.062 trabalhos; e em 2023, 2.081. Não houve resultado de busca para “antirracismo”; e em 2020, para “Interseccionalidade”. Os dados estão disponíveis no site oficial do SemeAd. Ver mais em: <https://semead.com.br/27/edicoes-anteriores/>.

Sobre esse aspecto, torna-se um compromisso social da pesquisa encontrar estratégias diante de um cenário desafiador que reflete o capitalismo pós-industrial na sociedade 4.0. Assim, a “Comunicação e Informação” nos ajuda a encaminhar o encerramento da nossa discussão observando que o impacto do avanço das TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) nos fenômenos sociais tem um potencial ameaçador para o combate às opressões, já que a lógica de hierarquia e poder encontra mais uma forma de reprodução. Silva (2023) alerta que as plataformas digitais operam no racismo algorítmico e que as tecnologias digitais emergentes têm promovido o “apagamento do conhecimento e racismo epistêmico”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lentes, transgressões e mosaicos apresentados neste artigo ajudam destacar a necessidade de mudança do embasamento teórico que vem sendo utilizado na construção do conhecimento nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Os feminismos, em suas variadas correntes e estudos, denunciam reiteradas opressões vivenciadas por quem não é homem branco, heterossexual e rico. No entanto, também propõem caminhos metodológicos possíveis através de pontos de encontro no ativismo e na ciência. De modo que, teorias feministas têm muito a contribuir para a epistemologia no campo analisado.

Observou-se que a presença de mulheres docentes em Universidades brasileiras nas áreas contempladas ainda é notadamente desigual, com exceção de Serviço Social. Porém queremos instigar a transformação considerando que, para além de uma reivindicação por equidade de gênero nas vagas ocupadas, condizente com a composição da população brasileira, é importante que cursos de Ensino Superior sejam repensados em seus Projetos Pedagógicos do Curso. Afinal, ter mulheres ministrando disciplinas não garante o ensino de epistemologias do Sul Global ou discussões interseccionais e ementas com referências *queer*; do mesmo modo que docentes negras e LGBTQIAPN+ promoverão debates antirracistas feministas. Os dados sobre as quatro últimas edições do SemeAd ratificam a realidade sintomática nos estudos em Administração no Brasil.

Apontamos que os cursos das Ciências Sociais Aplicadas enfatizam uma formação para a visão prática, mas seguem uma tendência tecnicista em relação aos problemas sociais. Assim, conselhos federais e instituições de ensino superior devem promover letramentos racial e *queer (of color)* em interseccionalidade e agenciamento, ou seja, mosaicos inovadores para atender docentes, profissionais formados, em formação e toda a comunidade universitária (desde vigilantes, terceirizadas/os, técnicas/os, analistas, gestoras/es).

Esperamos ainda que tais apontamentos alarguem as discussões sobre contribuições feministas e antirracistas no ambiente acadêmico, bem como melhores estratégias de combate ao epistemicídio nos cursos das Ciências Sociais Aplicadas, como

ponto de partida para investigações futuras. Portanto, consideramos atingido o objetivo desse estudo ao provocar o desconforto do *modus operandi* acadêmico e assumir que a transformação social depende de epistemologias pensadas a partir e com os feminismos.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, 3 (2), 458-463. 1995.

BACCHETTA, Paola; FALQUET, Jules; ALARCÓN, Norma. Introduction au Théories féministes et queers décoloniales: interventions chicanas e latinas états-uniennes. **Les Cahiers du CEDREF**, 18, 7-40. 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Civilização Brasileira. 2003.

CARRILLO, Jesús; PRECIADO, Paul Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado. **Revista Poiesis**, 11 (15), 47-71. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário**. CNJ, 118 p. 2021

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Sobre as áreas de avaliação**. CAPES. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas>. Acesso em: 19 jun. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**. 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. Boitempo, 495 p. 2019.

FIGUEIREDO, Angela. Somente um ponto de vista. **Cadernos Pagu**, 51. 2017.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA. **Dados de participação das mulheres na ciência**. GEMAA. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://gemma.iesp.uerj.br/infografico/participacao-de-mulheres-na-ciencia/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Perfis Femininos – Luiza Bairros**. Portal Geledés. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/perfis-femininos-luiza-bairros/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MARTINS, Catarina. **Mulheres, Raça e Etnicidades: Introdução aos feminismos decoloniais**. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2565-2>. 2024.

MOORE, Henrietta. Compreendendo Sexo e Gênero. Tradução de Júlio Assis Simões de “Understanding sex and gender”. In: Ingold, Tim (ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Routledge, 813-830. 1997.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. Perspectiva, 1979.

MONTENEGRO, Manuel C. **Magistradas elaboram propostas para efetiva igualdade de gênero no Judiciário**. Conselho Nacional de Justiça. Agência CNJ de Notícias. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/magistradas-elaboram-propostas-para-tornar-efetiva-a-igualdade-entre-homens-e-mulheres-no-judiciario/#:~:text=Embora%20representem%20mais%20da%20metade,do%20segundo%20grau%20de%20jurisdi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 jun. 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 324 p. 2021.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, 1 (1), 2014, 68–91.

PELÚCIO, Larissa; DUQUE, Tiago. Cancelando o cuier. **Contemporânea**, 10 (1), 2020, 125-151.

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um cyborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, 8 (2), 2013, 343-370.

REA, Caterina; AMANCIO, Izzie M. “Descolonizar a sexualidade: teoria queer of color e trânsito para o Sul global”, **Cadernos PAGU**, 1 (53), 2018, 1-38.

SILVA, Tarcízio. **Uma nova estratégia brasileira de inteligência artificial pode sim servir ao país**. 2023. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/>. Acesso em: 23 jun. 2023.